



NEM TUDO É VISÍVEL: UM OLHAR MAIS ATENTO SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

NOT EVERYTHING IS VISIBLE: A CLOSER LOOK AT THE RE-
SIGNIFICATION OF BLACK IDENTITY

NO TODO ES VISIBLE: UNA MIRADA MÁS ATENTA A LA
RESIGNIFICACIÓN DE LA IDENTIDAD NEGRA

José Francisco dos Passos Junior¹

Resumo

O artigo "Nem tudo é visível: Um olhar mais atento sobre a ressignificação da identidade negra" aborda as dinâmicas complexas da identidade negra no Brasil, destacando a persistência de estereótipos negativos e a discriminação sistêmica enfrentada pelas pessoas negras. O texto analisa como a história, particularmente ligada à escravidão continua a influenciar as percepções sobre a negritude. O autor discute que as pessoas negras são frequentemente marginalizadas, não apenas por meio de formas visíveis de preconceito, mas também por mecanismos mais sutis e invisíveis. A representação na mídia, especialmente na televisão, no cinema e nas redes sociais, frequentemente reforça hierarquias raciais e não oferece representações positivas de indivíduos negros. O artigo propõe a "ressignificação" da identidade negra, um processo de revalorização e recuperação das contribuições culturais e históricas dos negros para a sociedade brasileira. Além disso, o texto critica o mito da democracia racial no Brasil, que apresenta o país como um exemplo de harmonia racial, onde as desigualdades, a discriminação, a exclusão, entre negros e brancos não existiriam. Essa narrativa esconde as profundas desigualdades sociais e econômicas e raciais que ainda existem. O artigo também trata do impacto negativo da mestiçagem sobre a identidade negra, considerando-a uma estratégia das elites para suprimir a afirmação de uma identidade negra distinta. Por fim, o artigo defende por meio de autores contemporâneos a necessidade de um reconhecimento mais profundo das questões sistêmicas que afetam os negros no Brasil e

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, Brasil, passosjr@ufersa.edu.br



de mudanças nas representações sociais para combater o racismo ainda enraizado na sociedade.

Palavras-chave: identidade negra; racismo; mídia; representação; representatividades negras.

Abstract

The article "Not everything is visible: a closer look at the re-signification of black identity" explores the complex dynamics of Black identity in Brazil, highlighting the persistence of negative stereotypes and the systemic discrimination faced by Black individuals. The text analyzes how history—particularly the legacy of slavery—continues to shape perceptions of Blackness. The author argues that Black people are often marginalized not only through visible forms of prejudice, but also through more subtle and invisible mechanisms. Media representation, especially on television, in cinema, and on social media, often reinforces racial hierarchies and fails to offer positive portrayals of Black individuals. The article proposes the re-signification of Black identity as a process of revaluing and reclaiming the cultural and historical contributions of Black people to Brazilian society. Moreover, the text critiques the myth of racial democracy in Brazil, which portrays the country as a model of racial harmony where inequalities, discrimination, and exclusion between Black and white populations supposedly do not exist. This narrative obscures the deep social, economic, and racial inequalities that persist to this day. The article also addresses the negative impact of *mestiçagem* (racial mixing) on Black identity, viewing it as a strategy employed by the elite to suppress the affirmation of a distinct Black identity. Finally, drawing on contemporary authors, the article advocates for a deeper recognition of the systemic issues affecting Black communities in Brazil and for changes in social representations aimed at combating the racism that remains deeply rooted in society.

Keywords: black identity; racism; media; representation; black representativeness.

Resumen

El artículo "No todo es visible: Una mirada atenta a la resignificación de la identidad negra" aborda las complejas dinámicas de la identidad negra en Brasil, destacando la persistencia de estereotipos negativos y la discriminación sistémica que enfrentan las



personas negras. El texto analiza cómo la historia —particularmente la relacionada con la esclavitud— sigue influyendo en las percepciones sobre la negritud. El autor sostiene que las personas negras son frecuentemente marginadas, no solo a través de formas visibles de prejuicio, sino también mediante mecanismos más sutiles e invisibles. La representación en los medios —especialmente en la televisión, el cine y las redes sociales — suele reforzar jerarquías raciales y no ofrece representaciones positivas de personas negras. El artículo propone la resignificación de la identidad negra como un proceso de revalorización y recuperación de las contribuciones culturales e históricas de los negros a la sociedad brasileña. Además, el texto critica el mito de la democracia racial en Brasil, que presenta al país como un ejemplo de armonía racial, donde supuestamente no existirían desigualdades, discriminación ni exclusión entre negros y blancos. Esta narrativa oculta las profundas desigualdades sociales, económicas y raciales que aún persisten. El artículo también aborda el impacto negativo del mestizaje sobre la identidad negra, considerándolo una estrategia de las élites para suprimir la afirmación de una identidad negra diferenciada. Finalmente, apoyándose en autores contemporáneos, el artículo defiende la necesidad de un reconocimiento más profundo de las cuestiones sistémicas que afectan a las poblaciones negras en Brasil, así como de transformaciones en las representaciones sociales que contribuyan a combatir el racismo todavía arraigado en la sociedad.

Palabras-chave: identidad negra; racismo; medios; representación; representatividades negras.

1. Introdução

*“Eita negro!
Quem foi que disse
Que a gente não é gente.
Quem foi esse demente,
Se tem olhos não vê”.*

Solano Trindade

A identidade negra é um dos pontos fundamentais na afirmação da condição de ser negro ou ser negra no Brasil. Um problema recorrente é que a nossa sociedade ainda reproduz, por meios de ações e imagens visíveis e invisíveis, a desvalorização da pessoa



negra associando a uma identidade submissa, oprimida e marginalizada. Essa desqualificação quando não explícita, aparece de forma velada, sutil, silenciosa, invisível. A proposta desse artigo “Nem tudo é visível: um olhar mais atento sobre a ressignificação da identidade negra” é abordar a questão da identidade negra a partir de uma análise mais fundamentada voltada para a desconstrução de estigmas e estereótipos que contribuem para a não valorização da pessoa negra, em contrapartida, contribuir de forma efetiva para a valorização da população afrodescendente com o seu real valor como parte integrante da história, da cultura e do desenvolvimento do país.

Pesquisas recentes mostram que aos negros ainda são atribuídas qualificações sociais e morais que só contribuem para inferiorizá-los. São estereótipos como: mal cheirosos, feios, porcos, falsos, desonestos, ladrões e pervertidos sexuais. Mesmo nos dias atuais a palavra “negro” carrega estigmas, estereótipos, preconceitos, sendo associada a significados negativos, fixados pelos indivíduos desde a infância, levando assim a uma negação da origem africana. Permanece latente a relação do negro à escravidão de forma que muitas vezes se assume esta identidade como se fosse a única condição para as pessoas de pele preta. Para Silva (2014), se faz necessária a construção de uma identidade positivada em uma sociedade que, historicamente, sempre negou e silenciou esse ser, pois para o negro se integrar e ser aceito socialmente primeiramente é necessário negar a si mesmo.

Djamila Ribeiro, filósofa e ativista, aborda a identidade negra e a invisibilidade da população negra no Brasil, destacando como o racismo estrutural marginaliza essas identidades. Em seu livro *O que é lugar de fala?* (2017), ela enfatiza a importância de dar voz às pessoas historicamente silenciadas, defendendo que ocupar espaços de fala é um ato político fundamental para a desconstrução do racismo. “Quando falamos sobre lugar de fala, não se trata de interditar o discurso de alguém, mas de compreender que os sujeitos partem de lugares sociais diferentes e que essas diferenças importam.” (Ribeiro, 2017, p. 67). A produção dessa invisibilidade histórica e cultural contribuiu para naturalizar o tratamento e o sentimento discriminatório e racista contra a população negra.



2. Identidade Negra

A identidade negra é um tema central na produção literária e acadêmica de diversos autores contemporâneos, sendo abordada sob diferentes perspectivas e contextos históricos, com obras que abordam os impactos do racismo estrutural, da memória e da subjetividade negra, contribuindo para um debate que transcende fronteiras nacionais. A escritora brasileira, Conceição Evaristo, por exemplo, desenvolveu o conceito de "escrevivência", que une literatura e experiência, trazendo narrativas em que a identidade negra se constrói por meio da memória coletiva e das vivências individuais. No livro *Ponciá Vicêncio* (2003), Conceição Evaristo mostra que a protagonista enfrenta o peso da ancestralidade e do racismo estrutural, refletindo como a identidade negra se forma a partir de dores e resistências: "Ela carregava, sem perceber, os gestos, os trejeitos e as expressões de seus antepassados" (Evaristo, 2003, p. 19). A autora evidencia a continuidade das marcas da escravidão na formação do sujeito negro no Brasil.

Já Ta-Nehisi Coates, jornalista e escritor estadunidense, propõe uma análise crítica da negritude nos Estados Unidos a partir de um viés autobiográfico. Em *Entre o Mundo e Eu* (2015), estruturado como uma carta ao seu filho, Coates descreve como o corpo negro é historicamente violado pela supremacia branca: "Neste país, é tradição destruir o corpo negro — é o legado americano" (Coates, 2015, p. 103). Sua obra questiona o mito da democracia racial e aponta como a identidade negra nos EUA se constrói sob a ameaça constante da violência racial. Por fim, Grada Kilomba, acadêmica e artista portuguesa, reflete sobre o impacto do racismo no cotidiano e na subjetividade negra. Em *Memórias da Plantação* (2019), ela utiliza uma abordagem interdisciplinar para analisar as narrativas coloniais que sustentam o racismo contemporâneo.

Para Kilomba, a identidade negra é atravessada pelo silenciamento e pela marginalização, e a necessidade de resgatar a voz negra é fundamental para a desconstrução das hierarquias raciais: Para a autora, ser negro na sociedade ocidental significa ser constantemente traduzido e interpretado por um olhar branco (KILOMBA,



2019). Dessa forma, as obras desses autores evidenciam como a identidade negra é construída em meio a processos históricos de opressão e resistência. Seja pela escrita literária, pelo ensaio jornalístico ou pela análise acadêmica, Evaristo, Coates e Kilomba contribuem para uma compreensão mais ampla da negritude e da luta contra o racismo estrutural no século XXI.

Um artigo escrito por Vera Moreira Filgueira (1987)², mostra de onde surge essa construção pejorativa com relação a população negra. Segundo a pesquisadora, os estereótipos foram construídos e perpetuados para garantir o poder sobre a massa escravizada para justificar o domínio dos senhores e a submissão forçada dos negros escravizados no Brasil, num contexto em que o senhor não se sentisse como um carrasco, mas, ao contrário, como um benfeitor para esses trabalhadores. Dai, vêm as expressões advindas dos mais de 300 anos de escravidão e que, mesmo depois de quase 130 da abolição dos escravos ocorrida no Brasil em 1888, ainda hoje são reproduzidas: a imagem do negro incapaz, indolente, com aptidão apenas para o trabalho braçal. A pesquisadora constata que da abolição, período republicano, até os dias atuais pouca coisa mudou.

As atribuições sociais e morais dadas aos negros continuam sendo no sentido de inferioriza-los. Atualmente é comum se falar e denunciar a falta de representação negra quando se trata de cultura e da comunicação de massa. Uma invisibilidade explícita visível aos olhos dos mortais. Na opinião de Farias (2003), os negros brasileiros ainda não são participativos, visíveis, pouco representados na mídia. E quando aparecem quase sempre como exóticos ou caricaturados. O problema é tão evidente que até pouco tempo os movimentos negros organizados, não se sentiam representados nas novelas de tevê e no cinema nacional. É consenso de que ainda há bastante a se fazer para tornar os negros brasileiros representados na mídia. A pesquisadora traz a tona dois exemplos que refletem variações do tema do senhor e do escravo: mulheres negras conectadas como empregadas domésticas e, homens negros conduzindo homens brancos. “Neste tipo de

² “Preconceito racial: difusão e manutenção pela escola” (1987). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.



manifestação estereotípica, a perturbadora associação entre os ícones negros do passado (escravista) e entre as personagens brancas e a atualidade é algo que também deve ser observado". (Farias, 2003, p.213).

Para Stuart Hall (2002)³ a identidade é construída ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, embora haja sempre algo imaginado ou fantasiado, permanecendo incompleto, pois está em processo de formação. A identidade não é algo acabado, está sempre em formação, é preenchida ao longo do tempo pelas formas por meio das quais os outros veem. Em se tratando de identidade negra, particularmente, é um processo problemático devido à existência de uma carga emocional e simbólica muito negativa em torno da cor da pele, tendo o racismo, como a principal consequência, acarretando uma completa desumanização a condição de ser negro.

A televisão, o cinema e as redes sociais são meios que veiculam mensagens em códigos e valores sociais. Os personagens retratados na trama não são exclusivamente produtos da imaginação do autor. Em se tratando dos personagens negros personificam elementos de relações sociais tradicionais baseadas numa visão de mundo hierárquica com o branco prevalecendo sobre o negro. Desta forma, alerta Rezende (1997), os negros são excluídos simbolicamente da modernidade ao não interpretarem um ethos moderno de valorização da individualidade e da igualdade.

Se um autor constrói um personagem de uma empregada doméstica negra que dá ordens a todos, não considero essa imagem um produto exclusivo da imaginação daquele autor, mas uma ideia que é compartilhada por outras pessoas. Ou seja, a televisão veicula mensagens baseadas em valores e códigos sociais (Rezende, 1997, p.74).

Como descrito, observamos uma estreita associação entre a cor preta e o emprego doméstico, onde a diferença racial reforçaria a hierarquia social e a discriminação sofrida por esta categoria ocupacional (Azeredo, 1989). A construção da identidade negra no Brasil exige análises multifocais e olhares que perpassem pela compreensão da dinâmica sociológica, antropológica e política, permitindo não apenas o processo de constatação de

³ Stuart Hall notabilizou-se dentro do Grupo de Estudos Culturais, destacando-se por estudar no campo da construção e problematização das identidades.



uma memória estática, do passado, mas também de uma memória presente, permanente, que constitui a dinâmica social que por si só se reinventa, num constante desafio e construções. A existência de uma memória permanente possibilita a construção da identidade entre pessoas que residem em um determinado espaço geográfico. Ser preto ou ser preta compreende construções coletiva e individual, conduzidas nos processos educacionais, narrativos, históricos e antropológicos, que no cotidiano constroem alternativas para consolidar a autonomia. Essa relação entre identidade (negro) e território (cotidiano) não se constitui de processos excludentes, mas de conceitos que projetam outros elementos como o direito, as relações interétnicas, os laços econômicos, entre outros que disputam sentidos das recordações individuais e coletivas.

Fica claro que essa mesma sociedade que constitui direitos e garantias fundamentais são sedimentadas a discriminação racial, o preconceito e a anulação da subjetividade à dignidade humana. No campo da identidade não se trata de um processo dado. A identidade é construída com o decorrer das demandas em determinado tempo histórico. Da mesma forma, o processo de construção e afirmação de direitos passa necessariamente por uma conjuntura social, econômica, política e cultural de uma sociedade. As atividades que abordam a ressignificação da identidade negra estão intimamente relacionadas com uma construção hegemônica dos direitos humanos, desprendida de um processo eurocêntrico baseado em uma sociedade pensada e formulada para e por homens brancos cristãos que no desenrolar da história do país sempre foi utilizada para inferiorizar as relações sociais e econômicas, étnicas e culturais dos subalternos.

3. Problema da mestiçagem

A harmonia social, bastante difundida pela história para a construção de uma identidade nacional por parte do Estado, tornava público e notório à ideia de que o Brasil era um “paraíso racial”, um modelo a ser seguido, principalmente após as atrocidades



racistas praticadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O debate histórico acerca da questão é composto por um conjunto de elementos que passaram a ser apropriados pelas elites brasileiras. Em termos de miscigenação, condição que diz respeito à formação do povo brasileiro e ao mesmo tempo da identidade nacional, o Brasil primeiramente se apresenta para os seus intelectuais e para o mundo como um país cujas desigualdades entre brancos e negros não podem ser maiores, dada a possibilidade de casamentos inter-raciais. A mestiçagem aparece como fator que interfere na formação de uma identidade negra. Esse processo desconsidera qualquer diferença, desta forma, tem-se a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados. A elite brasileira branca sempre viu a população negra como uma ameaça ao desejo de construir um país genuinamente branco. Essa elite via na diversidade étnico-racial como causadora do subdesenvolvimento, encontrando na mestiçagem a salvação da população e a ponte para o branqueamento do país. Daí ter ocorrido no Brasil o mais alto e intenso processo de mestiçagem já registrado. Mesmo assim, o processo de branqueamento não teve os resultados esperados, apesar da diminuição do percentual de negros e da intensificação do projeto de miscigenação.

Esse hibridismo racial aderido pelo povo brasileiro não foi suficiente para solucionar os conflitos raciais; pelo contrário, dificultou a afirmação da identidade negra, em virtude de o preconceito racial brasileiro ser de cor da pele e não de origem. O hibridismo racial foi amplamente explorado por teóricos como Néstor García Canclini e Homi Bhabha. Para Canclini (2003), o termo está ligado à mistura de práticas culturais em contextos de globalização e modernidade, enquanto Bhabha (1998) o entende como um espaço de negociação identitária, no qual novas subjetividades emergem da interação entre culturas colonizadoras e colonizadas.

No Brasil e em outros países marcados pelo colonialismo, o hibridismo racial foi frequentemente romantizado como sinônimo de harmonia racial, especialmente por discursos que sustentam o mito da democracia racial. No entanto, críticos apontam que esse conceito pode mascarar as desigualdades históricas e estruturais que afetam populações racializadas. Assim, a ideia de hibridismo racial deve ser analisada



criticamente, levando em conta tanto os aspectos de resistência e criação de novas identidades quanto os desafios impostos pelo racismo estrutural.

O contexto nacional da negação da cor da pele é uma tendência geral, sustentada pelo ideal de embranquecimento e traz como pano de fundo a mestiçagem brasileira tanto biológica como cultural. A mestiçagem prejudicou a construção do povo brasileiro reforçando o mito da democracia racial. Esta indefinição social e racial, em conjunto com o ideário de branqueamento, dificulta a opção da identidade negra.

Assim, como alternativa é a população negra e afrodescendente ressignificar a sua identidade com valores positivos. Na visão de Geertz (1989), a pessoa existe por meio de inúmeras categorizações que vamos recebendo na vida social e que vão nomeando-nos, dando-nos existência, construindo enquanto seres humanos, seres de cultura. Na linha de pensamento desse autor, o mundo cotidiano no qual se movem os membros de determinada comunidade não é habitado por homens quaisquer, mas por indivíduos personalizados, determinados, caracterizados e adequadamente adestrados. Diz: “Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (Geertz, 1989, p.229).

Desta forma, o ser humano é formado de vários elementos que vão construir a identidade individual, identidade essa moldada no seio da sociedade. Portanto, a identidade é constituída pela vida em sociedade, não sendo algo intrínseco a pessoa, a natureza humana, mas resultado de toda a experiência na vida em sociedade. A identidade de um sujeito constitui-se a partir de elementos como língua, regras, mitos e valores dos grupos nas quais está inserido, o que forma a cultura. Geertz (1989) adianta que o conceito de cultura remete-se a um conjunto de elementos simbólicos cuja finalidade é o de estabelecer o vínculo entre o que as pessoas, os grupos sociais ou a nação são capazes de se tornar e o que elas quase nunca se tornam.

O referido autor enfoca à capacidade que o ser humano tem de mudar o seu próprio destino, ou seja, trabalhar com a ideia de que se torna “isso” ou “aquilo” do ponto de vista da autopercepção de quem as pessoas ou grupos são remonta-se a uma



capacidade aberta pela noção de cultura, aqui entendida como a capacidade de nos enxergarmos. Nessa ótica, estaríamos também considerando que cada indivíduo tem as potencialidades para ser o que o nosso país quer, a nossa sociedade nos ajudou a ser, mas também aquilo que ninguém poderia supor.

No Brasil, em se tratando da construção da identidade negra essa associação, ou melhor, algumas associações foram produzidas e ainda são reproduzidas erroneamente, de forma que permanece no imaginário de grande parte da população. Palavras como preconceito, capoeira, candomblé, carnaval e sexo são automaticamente associadas às pessoas de pele preta. O agravante é que normalmente a ligação é feita de forma negativa. Vejamos alguns exemplos: capoeira – coisa de malandro; candomblé – religião de preto; mulata ou negão – associação com o sexo. No imaginário popular o “negão” tem associação a potência sexual e a “mulata” mulher boa de cama. No caso do homem o domínio da fantasia erótica se centraliza na ideia de um pênis grande e na esfera feminina da mulher insaciável. Esse mito da virilidade do homem negro se perpetua ao longo do tempo, devido o negro sempre representado como uma ameaça aos colonizadores europeus. Temos inúmeros exemplos na literatura, no cinema e na tevê, onde os negros brasileiros geralmente aparecem como pessoas fracassadas psicologicamente, perigosos, violentos, maníacos sexuais.

Segundo Bell Hooks⁴ (2019), a política de gênero da escravidão negou aos homens negros a liberdade de atuar como homens dentro da definição dada a cultura branca. A pesquisadora frisa que a noção de masculinidade dos africanos foi adotada como modelo para mensurar o progresso do homem negro. A imagem da masculinidade que emerge das narrações dos escravos é uma imagem de homens trabalhadores que desejavam assumir a completa responsabilidade patriarcal na família e na comunidade. Portanto, a força sexual do homem negro não é algo para construir a masculinidade, mas refletir o preconceito com relação aos negros. No campo da sexualidade o mito “negão” é tomado como piada para a masculinidade branca.

4 Glória Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas), é uma autora, feminista e ativista estadunidense. A obra dela incide sobre a interconectividade de raça, capitalismo e sexo.



Desta forma, vão sendo propagadas associações negativas bem vivas no imaginário popular. O escritor jamaicano Stuart Hall (2003), a exemplo de Geertz (1989), afirma que a identidade não é algo imutável, que exista desde sempre, a história constrói e essa identidade se encontra em permanente reconstrução. Ao reconhecer os espaços “conquistados” pela diferença, Hall (2003) os consideram ser poucos e dispersos, além de policiados e regulados. Para o autor, na medida em que se diz “seja você mesmo”, se é constatado que cada vez mais a diferença é policiada, regulada, segregada. Hall (2003) defende que não há uma identidade pura, original, legítima, pois já foram recodificadas e transmitidas pela ação humana, indo mais além ao defender que não existe uma identidade em sua essência, uma vez que ela é construída pelos processos históricos e culturais. Os processos significantes identitários, simbólicos, produziram-se dentro de estruturas culturais e políticas e são aí que devemos compreender os desdobramentos disso em nossos dias. Do ponto de vista do jamaicano, a questão econômica é que vai tornar diferente a vida social e não a pigmentação da pele. O status social é determinante para se configurar a diferença. A questão não perpassa apenas pela etnia, mas principalmente pela posição social.

4. Cor da pele e desigualdades sociais

Ser negro no Brasil tem uma relação direta com as desigualdades sociais, o que podemos chamar de desigualdades sociorraciais quando se deslumbram diferenças gritantes de oportunidades entre brancos e negros. O tema das desigualdades sociorraciais tem sido amplamente discutido tendo como um dos principais pensadores sobre o tema é Florestan Fernandes, que analisou o racismo estrutural no Brasil e sua relação com a persistência das desigualdades. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (Fernandes, 2008), Fernandes argumenta que a abolição da escravatura não foi acompanhada por políticas de inclusão, perpetuando a marginalização da população



negra. Para ele, o mito da democracia racial mascarou a exclusão econômica e social dos negros, criando uma estrutura de desigualdade que persiste até os dias atuais.

Outro autor relevante é Silvio Almeida, que em *Racismo Estrutural* (2019) desenvolve a ideia de que as desigualdades sociorraciais não são apenas resultado de atitudes individuais, mas sim de um sistema que naturaliza e reproduz a exclusão racial em diversas esferas, como o mercado de trabalho, a educação e a política. Almeida demonstra como o racismo está integrado às instituições e às práticas sociais, tornando-se um mecanismo central na manutenção das desigualdades. Assim, ambos os autores contribuem para a compreensão de como o racismo estrutura as relações sociais e perpetua a desigualdade entre brancos e negros.

As implicações dessa desigualdade econômica também contribuíram para o racismo e preconceito contra as pessoas pretas. É nesse cenário que o grupo branco aparece ocupando as estatísticas e simbolicamente as posições de prestígios e de poder na sociedade. No outro lado, em situação bem desfavorável, temos imagens do grupo negro com associações negativas, principalmente, relacionadas ao desemprego ou subemprego.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que o Brasil tem consistentemente figurado entre os países com maior desigualdade de renda. Por exemplo, em 2019, o Brasil foi classificado como o 8º país mais desigual do mundo em termos de distribuição de renda, com um coeficiente de Gini de 53,9, ficando atrás apenas de sete países africanos. O Gini é uma medida estatística usada para calcular o grau de desigualdade de renda entre indivíduos ou famílias. Ratificando essa realidade, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2023, os 10% mais ricos da população brasileira concentravam 41% da massa de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres detinham apenas 1,1%. Além disso, a renda média dos 10% mais ricos era 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres. Esses números evidenciam a persistente desigualdade socioeconômica no Brasil, que afeta desproporcionalmente a população negra. Estudos apontam que pessoas negras estão



sobrerrepresentadas entre os grupos de menor renda e enfrentam barreiras estruturais no acesso a oportunidades econômicas e sociais.

As categorizações dos termos “cor” e “raça” podem ser problema uma vez que a partir dessas duas categorizações as oportunidades ou a falta delas podem ser explicadas por que uma pessoa é branca ou escura. Segundo Munanga (2003), entre os séculos 16 e 17, o termo raça atuou na França efetivamente como um definidor da classe social a qual integraria um indivíduo ou um grupo social. O conceito de raça migrou para o campo das relações sociais humanas com o propósito de distinguir grupos humanos “superiores” de grupos “inferiores”, com o interesse de legitimar relações de dominação. Do ponto de vista histórico, o termo raça tem um campo semântico específico, uma dimensão temporal e contextual, podendo ganhar sentidos e significados distintos no tempo e no espaço onde o termo foi utilizado. Vejamos o exemplo: no latim medieval o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, um grupo de pessoas com ancestral comum. Em 1684, o francês François Bernier foi o primeiro a propor uma classificação da diversidade humana em grupos contrastados, utilizando o termo “raças” com base em características físicas observáveis.

Dantas (2014) vai buscar em Munanga (2003), a explicação para que os conceitos como raça e as classificações sobre a diversidade humana devem ser entendidas como ferramentas discursivas que servem para operacionalizar o pensamento. São incontestáveis os traços morfológicos como a cor da pele, a textura dos cabelos, formato dos olhos e do nariz, enfim, de todas as características fenotípicas visíveis. Os autores concordam que apesar de sermos diversos na aparência, pertencemos a uma única espécie humana. As diferenças na aparência física humana não superam a unidade orgânica que une a todos. Os autores consideram um contrassenso se falar em raça humana. Contudo, enquanto campo de estudo, as ciências humanas não podem desconsiderar que, como fenômeno político, social e contextual o fator raça e categorias correlatas são termos, atitudes e posturas capazes de balizar, legitimar e materializar diferenças ao nível dos discursos, bem como posição na estrutura racial. Afirma Munanga:



Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir de diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantém o racismo Popular (Munanga, 2003, p.6).

Em nosso país o preconceito racial é mais direcionado a aparência, no caso, a cor da pele, independente se a pessoa tem origem de parte de uma família branca, com pai ou mãe branca ou negra. O que prevalece é a percepção sobre a cor da pele preta/parda. Para as pessoas com pele clara, mesmo sendo filhos de pai ou mãe de cor preta não sofrem sanções do preconceito racial. As atitudes preconceituosas são resultantes, na sua maioria, da aparência física e não da descendência da pessoa, bem diferente do que ocorre nos Estados Unidos onde o preconceito tem origem não sobre a aparência física puramente, mas sobre a ascendência dos indivíduos ou a grupos étnico-raciais a que eles fazem parte. Daí, advém a segregação da população negra. Particularmente no Brasil, a miscigenação representa a ausência de racismo, no entendimento das sociedades estadunidenses e sul-africanas. Porém, na sociedade brasileira, a literatura atual socioantropológica considera que o racismo no país é ao mesmo tempo estrutural e institucional.

Mais especificamente em se tratando de racismo existe a produção de uma interpretação naturalizada e final que se estrutura e se institucionaliza na busca de distinguir e limitar direitos amplos a pessoas ou grupos sociais a partir da ideia de raça. O racismo tem a capacidade de reconhecer que determinados grupos raciais são capazes e outros incapazes para estarem em espaços da sociedade, principalmente, os espaços de prestígios. Aqui, abrimos espaço para alguns exemplos: a quase ausência de negros no primeiro escalão do governo, mesmo havendo pessoas capacitadas; negros e negras em posição de comando – gerências e coordenações – sofrendo represálias de clientes; e também uma minoria de pessoas negras atuando na mídia – tevê, cinema e publicidade.



5. Representação das pessoas pretas

Aqui abriremos um espaço para ressaltar a contribuição da antropologia visual não como meio, mas como importante campo de pesquisa nessa área uma vez que as produções audiovisuais, aqui mais especificamente a publicidade, as novelas, os seriados e os filmes, não são simples produções que refletem a sociedade, mas um modo de pensamento sobre a vida social. Canevacci (1990), fala de faculdade mimética que é a capacidade humana de copiar, imitar, fazer modelos, explorar a diferença e torna-se o outro. Dessa forma, essas produções são documentos que projetam imagens do comportamento humano social por serem ficcionais. Os filmes que retratam a presença ou a ausência da população negra como personagens (de época ou atuais) são de grande importância antropológica, podendo ser usados para o entendimento dos padrões culturais de nossa própria sociedade, como lembrou Geertz (1989), ao reconhecer que o senso comum se encontra nos provérbios, piadas, anedotas e também nos filmes. Na visão de Canevacci (1990) o século XX revelou, além do antropólogo-cineasta, o antropólogo-espectador. “Este vê no cinema não meio, mas objeto da pesquisa. Diante da imagem, dedica-se à decifração. Identifico-me com este, que toma o cinema como “campo”, passível de observação e interpretação antropológica” (Canevacci, 1990, p.31).

Como os mitos, os filmes também projetam imagens estruturadas do comportamento humano, da interação social e da natureza do mundo e refletem a vida social, sem ser, necessariamente, descrições realistas da vida cotidiana. O autor faz um alerta para a análise fílmica na antropologia não ficar no óbvio. “A compreensão cultural é importante tanto na cooperação como no conflito” (Canevacci, 1990, p.47). Outro ponto importante a ser analisado é o “não visível através do visível” (Ferro, 1976, p.88). Para ele, a imagem objeto não possuem apenas significações cinematográficas. Ferro (1976) orienta para uma análise da obra em sua totalidade com relação do filme com o não filme – autor, produção, público, regime de governo, interesses, enfim, é nesse contexto global de análise que vamos encontrar a real causa do tratamento desigual dado a população preta não só no cinema, como também em toda a mídia. Massimo (1990) enfatiza



pesquisa de Shohat e Stan (1994) voltada para analisar como o negro americano foi e é representado em filmes de Hollywood, onde os autores concluíram que a estrutura narrativa e as estratégias predominantes continuam eurocêntricas. Como observa:

No caso dos negros no cinema de Hollywood, os autores destacam os papéis estereotipados oferecidos a eles – como o servil “Tom”, a “mãe preta”, o “buck”, negro brutal e hipersexualizado. Melhor destino não é oferecido aos personagens latinos: o bandido, o pegajoso e a prostituta mestiça são exemplos dos tipos criados por Hollywood, sempre a partir da ideia de que, quanto mais escuro, “pior o personagem”. O racismo revela-se também na produção dos filmes (Canevacci, 1990, p.53).

Dentro do pensamento eurocêntrico que nos dias atuais ainda predomina na mídia, os autores citados por Canevacci (1990), alertam para o tratamento oferecido à abordagem das religiões africanas que continua sendo tratadas com cultos supersticiosos e hierarquizadas a partir de uma lógica que privilegia a escrita, o monoteísmo, a ciência, a alma em oposição à oralidade, ao politeísmo, ao meio e ao corpo. Os pesquisadores revelam que mesmo em filmes recentes fobias positivistas sobre práticas mágicas ainda vêm à tona, bem como a erotização das religiões africanas, como sacerdotisas negras em cena de sexo⁵ ou representação da umbanda como frenética orgia⁶.

Shohat e Stan, (1995) apresentam um pequeno roteiro voltado para a análise de imagens que retratam a população negra nas produções cinematográficas. São questionamentos do tipo: Como são vistos? Aparecem em primeiro plano ou a distância? Por quanto tempo aparecem na tela? São personativos ativos, atraentes? Provocam identificação? A linguagem corporal, postura e expressão facial comunicam hierarquia social, arrogância, servilidade, ressentimento, orgulho? A trilha sonora utilizada afirma valores étnicos? Partindo desses questionamentos, Canevacci (1990) defende que as produções cinematográficas oferecem para as ciências humanas e, em especialmente, para a antropologia, “lentes” poderosas no exercício do olhar. Conforme observa:

5 Filme Coração Satânico [Angel Herat], 1987.

6 Filme Feitiço do Rio [Blame it on Rio], 1984.



Os filmes ficam, desde então, caracterizados como produtos culturais, passíveis de observações, cuja interpretação revela modo de pensamento de culturas “outras” e da nossa própria cultura. Como os mitos, os filmes apresentam recorrências que podem ser interpretadas, veiculam representações sociais, têm origem “coletiva” (Canevacci, 1990, p.55).

Com essa visão, o autor classifica os filmes como narrativas social e culturalmente construídas e não meros relatos realistas, mas “dramatizações” da realidade. O autor diz que o cinema é bom para pensar, portanto, pode ser colocado num plano antropológico. Canevacci, (2001) e incisivo em se tratando de produtos da comunicação visual. Vejam:

Os produtos da comunicação visual são um “terreno” bom para fazer pesquisa empírica, além de teórica, semelhante, em importância à realização de materiais visuais: de fato, esses dois níveis devem ser entendidos como parte de um todo que interage, que é unitário apesar das necessárias distinções, e que constitui o âmbito específico de uma antropologia da comunicação visual (Canevacci, 2001, p. 10).

A análise se estende também para o que não é visível e que traz consequências sérias ao receptor que não percebe a violência sutil transmitida pela era da visibilidade.

6. Movimento negro e combate ao preconceito e ao racismo

O movimento negro moderno (1970-1980) brasileiro reconhece no preconceito racial o instrumento discursivo para que homens e mulheres negras sejam alvos de práticas diárias de injúrias nos mais diversos espaços sociais, seja no trabalho, na escola, nos serviços públicos, enfim, em todos os lugares, com o alerta de que a cor da pele ou a “raça” não qualifica se a pessoa é capaz ou incapaz. Infelizmente, essa ainda não é a realidade vivenciada no país. Muitos sujeitos continuam produzindo e reproduzindo condutas preconceituosas tendo como parâmetro o simples fato da cor da pele. Observa Dantas (2014):



O preconceito de cor remete-se, portanto, as práticas do dia a dia, as quais foram invisíveis até para um campo renomado como a sociologia. No cotidiano, as práticas preconceituosas tendem a ser confundidas como um “mal entendido”, como um “exagero” por variações do “jeitinho brasileiro” de negar o seu próprio caráter cultural (Dantas, 2014, p.24).

Para o pesquisador, o racismo é uma estrutura ideológica mais poderosa que o preconceito de cor, tendo como efeito a consolidação de barreiras ou impedimentos que se expressam para além do cotidiano, posicionando-se em livros, em novelas e seriados da tevê, filmes, publicidade e, por vezes, também na literatura acadêmica. Munanga (2003) coloca que o racismo designa a tendência em considerar que as características físicas e biológicas são fundamentais para considerarmos as capacidades intelectuais e morais de grupos humanos. Para esse autor, a pessoa racista entende que determinado grupo social é naturalmente inferior ao que ele pertence devido aos seus traços culturais, políticos, religiosos, linguísticos, entre outros. O racismo tende a considerar que as características intelectuais e morais de um determinado grupo social são consequências de suas características físicas ou biológicas, as quais se equilibram sobre o pressuposto de inferioridade.

Nessa linha de pensamento é fundamental considerar a identidade como relação social uma vez que na antropologia os conceitos de cultura e etnia sempre tiveram uma presença histórica importante, embora sejam conceitos distintos com cada um deles tendo explorado um campo científico e ganhado o imaginário popular. A ideia de etnicidade tem uma percepção etnocêntrica de um grupo hegemônico sobre os demais. Junto a este aspecto, a designação negativa para os grupos não hegemônicos, ou seja, o outro.

7. Considerações Finais

A identidade cultural que alcança o que chamamos de povo brasileiro diz respeito, neste sentido, a pluralidade de cores, de usos e de modos de ver e se perceber no âmbito



do cenário nacional. Munanga (2003) aponta para o resgate da identidade negra a partir da negação do racismo, ou seja, da aceitação não apenas dos traços físicos como a cor da pele e a textura dos cabelos, mas também dos tributos culturais e históricos da população afrodescendente. O autor frisa que a importância do corpo e do cabelo no processo da identidade, principalmente, do ser negro, é fundamental. Estas são marcas de como o negro se vê e é visto pelo outro e carregam forte significado no mundo simbólico, embora, o cabelo traz consigo um imaginário de inferioridade. Mas também há outros espaços nas quais o cabelo é sinônimo de revalorização, de afirmação, de pertença, que nos remetem de forma consciente ou não, a uma ancestralidade africana ressignificada no Brasil. Abrimos espaço para alguns exemplos: o hip-hop, o black power, o funk, entre outras manifestações. Farias (2003) considera que a ocorrência desta iconografia passa por mudanças nas formas como os negros e negras estão sendo representados. Ela toma como base a pesquisa “Estética e política: relações entre ‘raça’, publicidade e a produção da beleza no Brasil”. O referido trabalho traz uma análise das representações de homens e mulheres negros na publicidade no Brasil. Porém, compreendemos a complexidade da construção dessa identidade quando nos deparamos com uma sociedade discriminatória e com olhares negativos em direção ao negro, mas reconhecemos que a corporeidade e a estética são traços importantes na construção da identidade negra.

Expressões pejorativas tipo: “nêga do cabelo duro”, “negô fedorento”, não só maculam a imagem da pessoa negra, mas também contribuem para a naturalização de tais agressões racistas, e podem ser também internalizadas pela própria população negra produzindo sentimento de inferioridade, afetando a autoestima e produzindo uma identidade negativa.

Com o presente artigo, esperamos ter contribuído para uma maior visibilidade da contribuição dada pela população preta, com mais respeito e total empatia ao fortalecer o pensamento crítico sobre identidade negra, destacando como o racismo estrutural molda a experiência da população afrodescendente no Brasil e a necessidade de resistência por meio da afirmação identitária retratada por Bell Hooks, Conceição Evaristo e Djamila



Ribeiro, entre tantas outras pensadoras e pensadores contemporâneos. Entendemos que a leitura das temáticas abordadas no decorrer desse texto seja fundamental para compreender e enfrentar o racismo estrutural contribuindo para a promoção do empoderamento da população negra, além de incentivar um debate mais profundo sobre racismo, preconceito e a desigualdade social que ainda persiste entre a população branca e preta/parda. São obras temáticas que oferecem ferramentas teóricas e narrativas que fortalecem a luta por justiça e visibilidade. Daí, ser de grande importância para o país esse novo olhar, a ressignificação do que é ser preto ou ser preta no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira &

BRUSCHINE, Cristina (org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1989.

BERNIER, François. Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races d'hommes qui l'habitent. **Journal des Sçavans**, Paris, 1684. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5602341m>.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Penteado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____, Massimo. **Antropologia do cinema**. São Paulo: Btasilense, 1990.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. Trad. Jeferson José Teixeira. São Paulo: Objetiva, 2015.



DANTAS, Paulo Santos. **Relações étnico-raciais no Brasil e Educação Antirracista**. NeAd/Ufersa. Edufersa, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Malê, 2003.

FARIAS, Patrícia. Belezas negras à vista: a presença negra na publicidade brasileira dos anos 70. In: TRAVANCAS, I. e FARIAS, P. (orgs) **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro. Garamon, 2003, p.209-225.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 199–215.

FIGUEIRA, Vera Moreira. **Preconceito racial: difusão e manutenção pela escola**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Ed., 1989.

HALL, Stuart. **Diáspora: identidade e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte. Editora UFMG, Brasília. Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo. DP&A Editora, 2002.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: Pensamento feminista negro**. Elefante, 2019.

IBGE. Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres. **Agência Brasil**, 19 abr. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/renda-dos-10-mais-ricos-e-144-vezes-superior-dos-40-mais-pobres> . Acesso em: 20 março 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



_____, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019:** Além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org>. Acesso em: 3 jun. 2024

REZENDE, Claudia Barcelos. A empregada na televisão. **Cadernos de Antropologia e Imagem** 5 (2), p. 73-91, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media.** London: Routledge, 1994

SILVA, Emanuel Freitas da. **Educação, identidade e relações étnico-raciais.** Mossoró: EdUFERSA, 2014. (Caderno didático de curso de especialização).